



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000278699

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1035220-88.2023.8.26.0405/50000, da Comarca de Osasco, em que é embargante TELEFÔNICA BRASIL S.A, é embargado VICTOR REIS ALVES DINIZ (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MONTE SERRAT (Presidente sem voto), PAULO ALONSO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 24 de março de 2025.

MARCOS GOZZO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Embargos de Declaração nº: 1035220-88.2023.8.26.0405/50000

Embargante: TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Embargado: VICTOR REIS ALVES DINIZ.

Autos em primeiro grau nº: 1035220-88.2023.8.26.0405

Juiz Prolator da Decisão: Dr. LUÍS GUSTAVO ESTEVES FERREIRA

6ª Vara Cível da Comarca de Osasco

VOTO Nº. 22560

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação Declaratória. Cobrança extrajudicial de dívida. Acórdão que deu parcial provimento ao recurso interposto pelo embargado. Inexistência de omissão, obscuridade, contradição ou erro material. Pretensão do embargante de rediscussão da matéria já julgada pela colenda Câmara. Impossibilidade. “Decisum” preservado.

Embargos de declaração rejeitados.

O acórdão de fls. 239-243 deu parcial provimento ao recurso interposto pelo embargado, para declarar a inexistência da dívida no valor de R\$ 759,56 (fl. 30) a ele atribuída.

Foram opostos embargos de declaração, por meio dos quais o embargante alega que deve ser reformado o acórdão, pois houve contradição quanto à sua condenação ao pagamento das custas e honorários, levando-se em consideração que a sua sucumbência foi mínima no feito (fls. 01-02 do incidente próprio).

Decido.

Conheço dos presentes embargos, porque tempestivos.

No mérito, o recurso não comporta acolhimento.

O reexame dos autos não leva a desfecho diverso daquele já exposto no v. acórdão, inexistindo qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material a ser sanado na decisão objurgada, sendo certo que o descontentamento da parte com o seu conteúdo não a torna, por si só, passível de alteração por meio destes declaratórios.

Esclareço ainda que, no que diz respeito a eventual

prequestionamento de matéria específica, não é necessário que o julgador se refira expressamente a todos os dispositivos constitucionais e legais supostamente aplicáveis à hipótese, se adequadamente fundamentada sua decisão.

Esse é o entendimento do E. Superior do Tribunal de Justiça:

“PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA. 1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço. 2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 21.315 - DF (2014/0257056-9) – Julgado em 08/06/2016).”

De qualquer forma, tendo em vista que os presentes embargos foram opostos na vigência do Código de Processo Civil de 2015, aplica-se o seu art. 1.025, que consagra o prequestionamento ficto ou implícito dos embargos de declaração.

Diante do exposto, **REJEITO** os embargos de declaração.

MARCOS GOZZO
Relator